Ata 2.826

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2025, às 9h12min, reuniu-se ordinariamente na Câmara Municipal de Quatis, sob a presidência do vereador Alex Miller Alves d'Elias, e, constatado quórum regimental, com a presença dos vereadores Emerson Oliveira de Almeida, José Jadenilso da Silva, Leandro Carvalho de Sant'anna, Marcela da Silva Fonseca Meyer, Nilde Hipólito Filho, Rogério de Souza Oliveira, Udson Mendes de Freitas e Willian de Carvalho Rosário; instalou-se a 36ª ordinária da 1ª Sessão Legislativa – 9ª Legislatura. O presidente dispensou a leitura da ata do dia 10 de junho, em razão de os vereadores possuírem cópia, colocando-a em votação sendo aprovada por unanimidade; informou que a apreciação da ata do dia 12 de junho será na próxima sessão e solicitou a leitura do expediente, poder executivo: ofício n.° 243/2025-GP, executivo municipal, encaminha a Lei Municipal n.° 1.331 de 6 de junho de 2025, cuja ementa: "Institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH" (D.O.E. ano VI – ed. n.° 1.052 de 6/6/2025); ofício n.° 244/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação nominal n.° 079/2025 e indicação verbal n.° 184/2025 de autoria do vereador Udson Mendes de Freitas; ofício n.° 245/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 179/2025 de autoria do vereador Nilde Hipólito Filho; ofício n.° 246/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 208/2025 de autoria do vereador Udson Mendes de Freitas; ofício n.° 247/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 209/2025 de autoria do vereador Alex Miller Alves d'Elias; ofício n.° 248/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 223/2025 de autoria do vereador Willian de Carvalho Rosário; ofício n.° 249/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 227/2025 de autoria do vereador Leandro Carvalho de Sant'anna; ofício n.° 250/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 213/2025 de autoria do vereador Udson Mendes de Freitas; ofício n.° 251/2025-GP, executivo municipal, encaminha a Lei Municipal n.° 1.332 de 9 de junho de 2025, cuja ementa: "Altera a Lei n.° 514, de 29 de março de 2006, que dispõe sobre a implantação, estrutura e processo de escolha e funcionamento do Conselho Tutelar do município de Quatis" (D.O.E. ano VI – ed. n.° 1.053 de 9/6/2025); ofício n.° 252/2025-GP, executivo municipal, encaminha a Lei Municipal n.° 1.333 de 9 de junho de 2025, cuja ementa: "Autoriza o executivo a desenvolver ações e destinar contrapartida físico e financeira

para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida conforme estabelecido na Lei Federal n.° 14.620 de 13 de julho de 2023 e dá outras providências" (D.O.E. ano VI - ed. n.° 1.053 de 9/6/2025); ofício n.° 256/2025-GP, executivo municipal, encaminha resposta a indicação verbal n.° 231/2025 de autoria do vereador Emerson Oliveira de Almeida; poder legislativo: leitura do requerimento n.° 023/2025, autoria vereadora Marcela da Silva Fonseca Meyer, vereadores Emerson Oliveira de Almeida e Rogério de Souza Oliveira, "requer instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades envolvendo a Associação de Proteção da Maternidade e Infância de Quatis-APAMIQ". O presidente propôs a votação nominal justificada pela relevância da pauta sendo a sugestão aprovada por unanimidade. Colocado em votação nominal registrou todos os votos favoráveis e declarou a aprovação do requerimento n.° 023/2025 com 8 votos. Ato contínuo fez as seguintes comunicações: existência de indicação do vereador Leandro Carvalho de Sant'anna como membro da referida comissão pela liderança de partido; vereadora Marcela da Silva Fonseca Meyer, 1ª signatária do requerimento, comporá obrigatoriamente a comissão em atenção ao § 2° do artigo 132 do Regimento Interno; e suspendeu a sessão para escolha do 3° membro conforme § 3° do artigo 132. Retomada à sessão, o presidente comunicou que os vereadores Rogério de Souza Oliveira e Willian de Carvalho Rosário se candidataram a vaga, explicou que cada vereador só poderia votar em um pretendente e colocou em votação nominal quando registrou 5 votos para o vereador Rogério de Souza Oliveira e 3 votos para o vereador Willian de Carvalho Rosário. Por conseguinte, declarou constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito pelo prazo de 180 dias composta pelos seguintes membros: Marcela da Silva Fonseca Meyer, Leandro Carvalho de Sant'anna e Rogério de Souza Oliveira. Leitura da indicação nominal n.° 256/2025, autoria vereador Rogério de Souza Oliveira: indicação n.° 256/2025, indica ao executivo a realização de tapa-buracos na Rua Georgeth Barbosa Leite, no bairro Jardim Independência. O presidente informou posterior encaminhamento da indicação lida ao executivo municipal e passou a fase de indicações verbais, solicitando a manifestação dos interessados: o vereador Udson Mendes de Freitas indicou a repintura da faixa de pedestre na Rua Major José Isidro, bairro Centro. O presidente indicou a atualização da grade da tabela REMUME; informou posterior encaminhamento das indicações apresentadas ao executivo municipal e constatada a ausência de vereador inscrito para uso da tribuna, encerrou o expediente e passou a ordem do dia: projeto de lei n.° 036/2025, autoria Mesa Executiva, "altera o inciso I do art. 6° e o anexo único da Lei n.° 1.250/2023 que institui o auxílio transporte para os servidores da Câmara Municipal de Quatis", parecer

conjunto n.° 046/2025 exarado pelas Comissões de Justiça, Constituição e Redação, e de Defesa do Trabalho e Renda com voto favorável para deliberação em plenário. Após leituras do parecer e do projeto de lei, o plenário aprovou a dispensa de leitura do anexo. Colocado em discussão o vereador Alex Miller Alves d'Elias pontuou que projeto altera o artigo 6° visando veracidade no pedido e para dificultar possível tentativa de burlar para acessar o auxílio transporte e agora o comprovante de residência precisa ser no nome do próprio requerente. Finalizada a discussão, o presidente colocou em votação nominal quando registrou todos os votos favoráveis e declarou a aprovação do projeto de lei n.° 036/2025 com 8 votos. Projeto de lei complementar n.° 003/2025, autoria executivo municipal, "regulamenta a Lei Federal n.° 14.129/2021, dispondo sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública no âmbito da Câmara Municipal de Quatis", parecer conjunto n.° 039/2025 exarado pelas Comissão de Justiça, Constituição e Redação, e de Obras e Serviços Públicos com voto favorável para deliberação em plenário. Após leitura do parecer, o vereador Udson Mendes de Freitas assumiu a presidência solicitando a leitura do projeto de lei. Em seguida, o vereador Alex Miller Alves d'Elias reassumiu a presidência colocando em discussão quando o vereador Willian de Carvalho Rosário explicou que a proposição já discutida pela Câmara pensa na valorização e justiça social para fins de regularizar obras de pessoas mais vulneráveis além de amparar juridicamente construções futuras e o crescimento ordenado do município. Finalizada a discussão, o presidente colocou em votação nominal quando registrou todos os votos favoráveis (presidente votou em razão do quórum de maioria absoluta) e declarou a aprovação do projeto de lei complementar n.° 003/2025 com 9 votos. Em seguida constatou a ausência de inscritos para explicações pessoais e declarou a palavra livre, na qual as falas seguem resumidamente: o vereador Rogério de Souza Oliveira agradeceu a presença de todos citando o professor Arcanjo. Sobre o Hospital São Lucas relatou a vistoria realizada com alguns pares em razão de denúncia quando constataram irregularidades. Apontou que sempre foi bem atendido quando procurou a unidade de saúde, porém diante da denúncia da médica Paola Cardoso acredita que é preciso levar a sério a situação. Também relatou conversa com a diretora do hospital, que não permitiu a gravação, o que posteriormente será falado. Com relação à sua luta dedicada à saúde explicou que se deu por conta da perda de sua mãe por falta de vaga no CTI e a atual questão do Hospital São Lucas retoma a situação vivenciada. Ainda expôs que trabalhar em grupo acarreta o funcionamento das coisas a exemplo de uma munícipe que o acionou com demanda de CTI e falou que ajudará todos que o procurar porque sabe o quanto é triste

perder alguém por causa da saúde. E finalizou com questionamentos sobre o tratamento que o munícipe receberá de um médico que está sem receber salário. O vereador Nilde Hipólito Filho agradeceu. O vereador José Jadenilso da Silva agradeceu. O vereador Leandro Carvalho de Sant'anna saudou todos os presentes, demais pares e espectadores de casa. Parabenizou todos os pares dizendo que a aprovação da comissão se trata de aprovar transparência para o município e novamente a Casa demonstra unidade em prol do interesse do povo. Também parabenizou o prefeito Aluísio Max Alves d'Elias pela iniciativa de construção do hospital mesmo com todas as besteiras faladas e questionou aqueles que falaram que trariam mais investimentos para o Hospital São Lucas considerando que não há prestação de contas do valor investido e nem retorno satisfatório para o munícipe ocorrendo falta de pagamento de salários aos médicos e atraso do 13° de 2024. Ainda relatou que não receberam respostas às várias perguntas feitas à direção do hospital por requerimento e durante a fiscalização, mas colocou que a pergunta principal e feita pela população nas ruas: "Para onde está indo esse dinheiro" receberá resposta. Aos munícipes reafirmou que a pergunta citada terá resposta dos responsáveis por meio da comissão instaurada inclusive pela quantidade de relatos recebidos de funcionários no hospital e pelas redes sociais (incluindo a médica que sofreu coação conforme vídeo). O vereador Emerson Oliveira de Almeida saudou o presidente e demais pares. Parabenizou o governador Castro e o deputado estadual Gustavo Tutuca pela parceria com o prefeito Aluísio e secretário Lucas que trouxe o mamógrafo para o município a fim de zerar a fila. Sobre o hospital falou dos 2 requerimentos feitos e se colocou como um dos pares que lutou junto com os demais. Com relação à carta da médica Paola se colocou muito constrangido diante da coação que a profissional sofreu e disse que diante de tudo só caberia protocolar requerimento pedindo a instauração de CPI para apurar da situação irregular envolvendo a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade de Quatis. Também falou do entristecimento por conta de o hospital não repassar o valor R$ 239.218,16 para pagamento dos médicos do montante de R$ 611.468,78 recebidos da Prefeitura. Comunicou a visita realizada junto com os pares Marcela, Rogério, Leandro, presidente da Casa e Secretaria de Saúde quando se entristeceram com os depoimentos dos médicos. Quanto à situação disse que não podia julgar ninguém sobre o uso do dinheiro, mas verificou que se tratou de pedalada de um hospital doente por falta de pessoa de boa índole, com transparência, que cumpra o dever e responda ao requerimento do vereador. À Comissão pediu para testemunhar no processo de apuração e externou crença de que o trabalho será transparente em prol dos munícipes. O vereador Willian de Carvalho Rosário saudou todas e todos citando

o professor Arcanjo, presente no plenário, a quem agradeceu a formação de Luciene Nascimento - artista e pessoa admirável que incentiva o melhor nas pessoas por meio da arte e conduta. Sobre o dinheiro público classificou como premissa inegociável lembrando que enquanto legisladores são muitos cobrados e agora aprovaram a CPI para apurar o uso do dinheiro público na APAMIQ durante a qual os trabalhos terão que ocorrer com propósito maior de respeito ao dinheiro do povo a fim de finalizar com um documento legal e coeso para encaminhamento ao Ministério Público. Relatou que de 2018 a 2019 o Hospital São Lucas recebeu R$ 3,9 milhões (governo municipal) e R$ 1,7 milhão (governo federal e estadual); havendo convênio do hospital com a prefeitura até o ano de 2024, acordo que conseguiu fiscalizar na legislatura anterior quando verificou que não houve falta de pagamento somente atraso no repasse; e atualmente há o pagamento para que população tenha o serviço, ou seja, o dinheiro chega para utilização no pagamento de profissionais principalmente daqueles que atuam no atendimento e salvamento de pacientes. Em relação à CPI explicou que evidenciará a realidade que precisa de alteração bem como o respeito com o dinheiro público. Por fim, se colocou à disposição como testemunha e se posicionou firmemente em relação à legalidade dos dados construídos em respeito à população quatiense objetivando a elaboração de documento consolidado e assertivo para envio ao Ministério Público e punição de pessoas caso se comprove irregularidade. A vereadora Marcela da Silva Fonseca Meyer saudou todos os espectadores presentes e das redes sociais. Aos familiares de Sebastião Donizete da Silva, o Berimbau, deixou nota de pesar. Parabenizou o executivo municipal e secretaria competente pela vinda do mamógrafo móvel do Governo do Estado para atendimento das munícipes que totalizará 560 mamografias e 210 ultrassons na semana. Ao prefeito e pares falou de a importância de trazerem projetos similares para ajudar o município, que notadamente tem avançado na área de saúde. Em atenção à indicação feita pelo presidente relatou estudo de lei que "dispõe sobre a divulgação da relação dos medicamentos obrigatórios e disponíveis na rede pública de saúde" e convidou o par para autoria conjunta da proposição visando que a população saiba quais medicamentos são obrigatórios e quais desses faltam na grade. Sobre a fiscalização disse que todos os vereadores têm a mesma prerrogativa e seu trabalho se dá por meio de fatos, e após ciência de denúncia recebida pelo CREMERJ e Secretaria de Saúde fizeram papel deles assumindo a responsabilidade de legisladores e diante de tudo que viram, a fiscalização do Hospital São Lucas se mostrou necessária. Em resposta a quem pergunta por que não fiscalizam outros órgãos públicos registrou que existe a lei de responsabilidade fiscal e tudo é feito pelo portal da

transparência ao contrário do que ocorre com o hospital citado que não respondeu aos 2 requerimentos enviados além da denúncia protocolada. Sendo assim, explicou sua preocupação com a possibilidade de virar um caso de saúde pública ainda mais porque durante conversa a presidente do hospital respondeu que não existia previsão nenhuma de pagar os médicos e afirmou que o dinheiro não dá. Devido a fala da gestora questionou a falta de comprovação do gasto junto a prefeitura para aumento do repasse e falou da necessidade de pedir para sair quando não dá conta de administrar uma entidade que atende toda a população de onde vários médicos se desligaram e outros não aceitam estar, situação que pode chegar ao caos na saúde pública. Aos pares Emerson e Willian aceitou a oferta a fim de somarem ao trabalho da CPI para resolver o quanto antes por se tratar de situação complicadíssima expondo ainda que o vídeo postado viralizou com quase 27 mil visualizações sem falar no pedido de socorro dos médicos com mais de 3 meses sem pagamento e que colocaram carro de som na rua para denunciar. O vereador Nilde Hipólito Filho falou sobre o grande amigo Berimbau, com quem dançou muito forró e conversou no último domingo, deixando sentimentos à família. O vereador Udson Mendes de Freitas saudou todos os espectadores de casa e presentes citando o professor Arcanjo. Parabenizou os pares pelo requerimento n.° 023/2025 da CPI quando votaram a favor do povo e deixou seu comprometimento a fim de testemunhar no requerimento considerando o interesse do povo como maior interesse da Casa. Em resposta aos comentários sobre a fiscalização no hospital feita por alguns vereadores pelos quais perguntaram onde estavam os outros vereadores falou que não foi comunicado ou acionado em momento algum e se colocou à disposição afirmando não fugir de compromisso que trata de interesse do povo. O presidente, vereador Alex Miller Alves d'Elias, saudou e deu boas-vindas a todos os espectadores presentes. Agradecimentos pela votação que gerou a Lei n.° 1.331 sobre a conscientização do TDAH. Também agradeceu ao governador Cláudio Castro e prefeito pela vinda do tomógrafo e falou para as mulheres procurarem o serviço, mesmo sem pedido, a fim de zerar a fila do município. Em relação ao hospital, assunto muito debatido desde a legislatura passada, informou que a situação se arrasta desde 2020 não havendo prestação de contas e contrapôs com o fato de os vereadores terem que prestar contas de diária para viagem a trabalho ao Rio de Janeiro. Porém o hospital totaliza aproximadamente R$ 35 milhões sem prestação de contas, o que considera injusto e desmazela com o povo e por isso relatou indignação questionando onde estava a atuação do Ministério Público. Se direcionou à Rosa falando que a polícia federal chegaria para investigar a pedalada com verba SUS (repasse federal) e ela sofreria as consequências. Passou a falar sobre

a situação encontrada no local: centro cirúrgico com 2 macas velhas e 2 refletores; e sala vermelha com respirador sem funcionar - monitor com defeito - o que classificou como pior. Comunicou que posteriormente à fiscalização ocorreu denúncia da suspensão de exames por falta de pagamento e ausência de 1 dos 2 plantonistas na unidade. Ainda comunicou que devido à falta de transparência (não prestação de contas) o prefeito entrou na justiça para garantir o atendimento. Também disse não ter nada contra hospital e funcionários, mas afirmou que a gestão pública por ser contínua precisa assumir as consequências e principalmente tratar o vereador enquanto autoridade fiscalizatória com respeito - relatando que a responsável ao ser questionada pelos vereadores não quis filmagem, mas quando o ex-prefeito estava com um deputado houve filmagem. Questionou qual era o motivo do medo e pediu transparência bem como admissão em caso de erro. Aos pares pediu a realização de visita para saber sobre a denúncia relativa aos exames. Quanto à investigação pediu a colaboração de todos com trabalho em prol da população e dos funcionários que precisam receber. Em seguida perguntou para onde vai o dinheiro e falou à população que farão o trabalho a favor dela, que merece respeito, apontando a existência de condenação por causa de denúncia de supersalários além da existência de abaixo-assinado de 20 médicos que não receberam. Por fim, agradeceu novamente aos pares com expectativa de trabalho sério e se pôs à disposição. Passou as considerações finais agradecendo a presença de todos e convidou para a próxima sessão no dia 24 de junho em razão do feriado. Sem mais declarou a sessão encerrada e eu, Greiziéle Maria da Silva Alfredo, oficial de ata desta Casa Legislativa, lavrei a presente Ata que será assinada pelo presidente e secretários na forma do artigo 221, parágrafo 13 do Regimento Interno.

Alex Miller Alves d'Elias
Presidente

Marcela da Silva Fonseca Meyer
Primeira-secretária

Leandro Carvalho de Sant'anna
Segundo-secretário